



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO**

Processo nº: **0008210-35.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação**  
 Documento de Origem: **CF, OF, IP-Flagr. - 2524/2016 - 2º Distrito Policial de São Carlos, 1168/2016 - DEL.SEC.SÃO CARLOS PLANTÃO, 222/2016 - 2º Distrito Policial de São Carlos**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **PAULO HENRIQUE PINTO**

Aos 24 de janeiro de 2017, às 13:30h, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. **CARLOS EDUARDO MONTES NETTO**, comigo Escrevente ao final nomeada, foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do Dr. Luiz Carlos Santos Oliveira, Promotor de Justiça, bem como do réu **PAULO HENRIQUE PINTO**, acompanhado do Defensor Público, Dr. Joemar Rodrigo Freitas. Iniciados os trabalhos foram inquiridas a vítima Dário de Almeida Penteado Neto, as testemunhas de acusação Weliton Soares Dantas, Mário Leandro de Almeida Neto e Danilo Aparecido da Silva Belarmino, tudo em termos apartados. As partes desistiram da inquirição da testemunha Nilva Mendes. O MM. Juiz homologou as desistências e passou a interrogar o réu, também em termo apartado. Estando encerrada a instrução o MM. Juiz determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao DR. PROMOTOR:** MM. Juiz: O réu foi denunciado como incurso no art. 180 do C.P., em razão de ter recebido e conduzido motocicleta ciente de sua origem ilícita. A ação penal é procedente. A posse da moto é um fato incontroverso, visto que os policiais encontraram o veículo sendo conduzido pelo réu em via pública e ele mesmo admitiu esse fato. Assim o réu efetivamente recebeu e conduziu a motocicleta. A ciência quanto à origem ilícita ficou patenteada. A doutrina e a jurisprudência explicam que o dolo do crime de receptação deve ser aferido pelas circunstâncias em que o agente é surpreendido na posse do bem. No caso, ao ser abordado, segundo os policiais, ele não soube precisar exatamente de quem tinha recebido o veículo. Tivesse ele realmente de boa fé e alheio à origem ilícita, certamente não hesitaria em levar os policiais até o local onde ele tinha recebido o veículo. Por outro lado, o réu não portava documentos do veículo, o que é uma exigência que todo mundo sabe de que o veículo de procedência lícita, o possuidor deve estar na posse desse documento de porte obrigatório; adquirir ou receber veículo sem esse documento é um indicativo de que o bem não tem origem lícita. Por outro lado, conforme disseram os policiais e a testemunha Danilo que pegava carona com o réu, este, ao ver a viatura, imprimiu velocidade em fuga, dando mostras de que algo de errado estava fazendo; há a versão do réu de que ele iria usar droga, mas nenhum entorpecente foi encontrado com ele e com o garupa, apesar da revista que os policiais fizeram. Assim, a conclusão é de que esse algo de errado que ele sabia que estava ocorrendo, ao fugir dos policiais, naturalmente deve se presumir que dizia respeito à origem ilícita da moto. Aliás, o réu já responde a outro processo também por receptação dolosa, todo este quadro mostra que as evidências indicam que o réu sabia da origem ilícita da moto. Isto posto. Requeiro a condenação do réu nos termos da denúncia. Como é tecnicamente primário, poderá ter a sua pena substituída por pena restritiva de direito, conforme art. 44 do C.P. **Dada a palavra À DEFESA:** MM. Juiz:



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

## COMARCA DE SÃO CARLOS

### 1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

Requer absolvição por ausência de prova do elemento subjetivo do tipo exigido pelo art. 180 caput do C.P., qual seja, o dolo direto. O réu alegou que pegou momentaneamente o veículo emprestado, motivo pelo qual não sabia que este era produto de crime. Sendo assim, de rigor sua absolvição. Subsidiariamente, requer a desclassificação para receptação culposa. No mais, o réu é primário. Sendo assim requer a pena-base no mínimo, regime aberto e substituição da pena por restritiva de direitos. Em seguida, pelo MM. Juiz foi dito que passava a proferir a seguinte sentença: **VISTOS. PAULO HENRIQUE PINTO**, RG 71.589.412, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 180, caput, do Código Penal, porque no período compreendido entre os dias 08 e 11 de agosto de 2016, nesta cidade e comarca, PAULO, recebeu e posteriormente conduziu pela Rua Doutor Alderico Viêra Perdigão, Jardim Cruzeiro do Sul, nesta cidade e comarca, em proveito próprio, o veículo Honda/CBX 250 Twister, cor preta, placa DCR-9276-São Carlos-SP (alterada para CFD-5349-São Carlos-SP), coisa que sabia ser produto de crime, fazendo-o em detrimento de Dario de Almeida Penteado Neto. Consoante o apurado, no dia 08 de agosto de 2016, o referido veículo foi furtado por indivíduo(s) desconhecido(s) quando estacionado na Rua Joaquim Augusto Ribeiro de Souza. De conseguinte, no interregno compreendido entre os dias 08 e 11 de agosto de 2016, nesta cidade e comarca, PAULO recebeu aludida motocicleta já com o seu emplacamento trocado (CFD-5349-São Carlos-SP) e sem qualquer documentação, plenamente ciente de sua origem espúria e criminoso, pelo que posteriormente a conduziu pela Rua Doutor Alderico Viêra Perdigão, Jardim Cruzeiro do Sul, nesta cidade e comarca, em proveito próprio. E tanto isso é verdade, que no dia 11 de agosto de 2016, durante patrulhamento de rotina, policiais militares viram o denunciado a conduzir o reportado bem pelo local dos fatos, trazendo consigo o garupa Danilo Aparecido da Silva Belarmino, motivo pelo qual, a fim de levarem a cabo verificação documental de rotina, deram ordem de parada ao denunciado e a seu companheiro. Ocorre que, ao perceber a presença dos milicianos, PAULO imprimiu velocidade em seu veículo, com o objetivo de se desvencilhar da abordagem policial, porém sem sucesso, pois veio a colidir a reportada motocicleta contra o veículo Fiat Palio, placas DQK-4106, justificando a sua abordagem. Realizada pesquisa para o automóvel, os milicianos constataram que se tratava de bem de propriedade de Dario de Almeida Penteado Neto, furtado nesta cidade e comarca no dia 08 de agosto de 2016, ao que deram voz de prisão em flagrante delito em desfavor do denunciado. Ouvido formalmente, PAULO se limitou a afiançar ter tomado emprestado o automotor de pessoa de um conhecido chamado Diego, porém sem declinar maiores detalhes acerca desta pessoa ou sua localização. Tem-se que o dolo do denunciado é manifesto. Primeiro, porque apanhou o veículo pouco tempo depois da perpetração do delito de furto. Segundo, porque não declinou qualificação e paradeiro da pessoa que entregou-lhe o reportado bem. Terceiro, porque recebeu a moto, em proveito próprio, sem qualquer documento atinente à propriedade deste, além de ter sido apreendida uma chave mixa na ocasião de sua abordagem. Ademais, fugiu ao perceber os policiais. O réu foi preso em flagrante sendo concedida a liberdade mediante cumprimento de medidas cautelares (pág.101/102). Recebida a denúncia (pág.121), o réu foi citado (pág.128) e respondeu a acusação através do defensor público (pág.132/133). Sem motivos para a absolvição sumária designou-se audiência de instrução e julgamento realizada nesta data, quando foram ouvidas uma vítima e três testemunhas de acusação e o réu foi interrogado. Nos debates o Dr. Promotor opinou pela condenação e a Defesa requereu a absolvição, a desclassificação do crime ou a concessão de benefícios na aplicação da pena. **É o relatório. DECIDO.** Procede a acusação. Materialidade comprovada pelo auto de prisão em flagrante, auto de exibição e apreensão, RDO do crime de furto da motocicleta, demais documentos e prova oral. A autoria é certa. Ouvido em juízo, o acusado disse que tomou emprestada a motocicleta de um terceiro, acreditando que ela era de leilão, mas que também poderia ser objeto de crime. As testemunhas ouvidas nesta data confirmaram que o réu estava na posse e direção da motocicleta, sem qualquer documento de propriedade ou explicação em relação à origem do bem. Devem ser afastadas as alegações da


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

defesa de absolvição ou de desclassificação da conduta, considerando que o dolo do acusado é evidente. Do contrário, dificilmente se caracterizaria o crime de receptação dolosa, pois os órgãos responsáveis pela persecução penal teriam imensa dificuldade em provar a efetiva ciência da origem ilícita por parte do agente, diante da impossibilidade de ingressar no consciente das pessoas, aplicando-se ao presente caso a chamada teoria da cegueira deliberada. Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE A DENÚNCIA PARA IMPOR PENA AO RÉU**. Observando todos os elementos que formam os artigos 59 e 60 do Código Penal, bem como que o réu é primário e tem idade inferior a 21 anos, faço opção pela pena de reclusão, mas estabeleço-a no mínimo de um ano de reclusão. Presentes os requisitos faço a substituição por pena restritiva de direito, de prestação de serviços à comunidade. **CONDENO**, pois, **PAULO HENRIQUE PINTO** à pena **de 1 (um) ano de reclusão, substituída por um ano de prestação de serviços à comunidade, por ter transgredido o artigo 180, caput, do Código Penal**. Em caso de reconversão à pena primitiva, o regime será o **aberto**. Deixo de responsabilizá-lo pelo pagamento da taxa judiciária porque é beneficiário da assistência judiciária gratuita. **Determino a entrega da motocicleta apreendida nos autos à vítima, servindo o presente termo assinado de ofício**. Dá-se a presente por publicada na audiência de hoje, saindo intimados os interessados presentes. **NADA MAIS**. Eu, \_\_\_\_\_, (Eliane Cristina Bertuga), escrevente técnico judiciário, digitei e subscrevi.

MM. Juiz(a): (assinatura digital)

Promotor(a):

Defensor(a):

Ré(u):